

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: espaços de participação democrática?

Maria Cristina Martins*

Celso João Carminati**

Resumo

Com esta pesquisa, procuramos compreender e discutir os espaços de participação democrática no período de 1985 a 1995 numa comunidade escolar – o Instituto Estadual de Educação - instituição peculiar com mais de 100 anos de história em Florianópolis. Investigamos questões referentes a atividades e processos de constituição democrática que se deram dentro da instituição a partir da participação direta da comunidade escolar nas decisões, identificando os obstáculos (limites) e os elementos facilitadores (possibilidades) dessa participação. Procuramos estabelecer uma mediação entre o momento singular do cotidiano escolar do IEE (movimentos internos) e as lutas sociais que aconteciam no País nas décadas de 1980 e 1990, discutindo momentos específicos de participação, como os processos de eleição para o cargo de diretor (1985 e 1990) e as greves do corpo docente (1987 e 1995). Neste sentido, para melhor compreender os referidos processos, foram discutidos conceitos como participação, capital social e capital simbólico. Como fontes de pesquisa foram consultados documentos do arquivo da instituição, documentos pessoais, revisão bibliográfica, fontes orais e jornais locais da época.

Palavras-chave: Participação. Espaço social. Democracia. Eleição. Capital social e simbólico.

Introdução

Em uma sociedade democrática, o processo de formação educacional precisa ser um instrumento que possibilite a formação intelectual e cultural para os distintos grupos que compõem a sociedade, respeitando sua diversidade. A constituição dos espaços de participação no interior de uma instituição educativa deve levar, mediante a prática da democracia escolar, à superação de obstáculos. Além disso, parece ser comum que as classes sociais depositem no Estado a confiança de legislar e, em certa medida, de assegurar a construção de espaços democráticos.

A composição das forças representadas pelo poder político apresenta relação direta

* Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: mcmartins0312@yahoo.com.br

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: f2cjc@udesc.br

com a organização formal do ensino. Para uma gestão democrática da escola, é necessária a participação de todos os segmentos da comunidade escolar - em conselhos deliberativos escolares, na associação de pais e professores e no grêmio estudantil. Além disso, o projeto político-pedagógico deve ser a expressão das diretrizes educacionais que as escolas objetivam para a formação dos alunos e para as ações que norteiam cada unidade escolar em busca de autonomia e consolidação da formação.

A partir da atuação desses segmentos nesses espaços, a comunidade escolar busca assegurar suas conquistas e ampliar suas responsabilidades, o que contribui para a organização e o respeito às diferentes identidades sociais, formando novas lideranças e democratizando as instituições. Nesta perspectiva, temos percebido que a comunidade escolar e a própria sociedade clamam por participação efetiva na gestão da escola para que esta ganhe autonomia em relação aos interesses dominantes representados pelo Estado.

Guiados por tais pressupostos, pretendemos conhecer e examinar os espaços de participação democrática dentro do Instituto Estadual de Educação - IEE. Com esse intuito, discutiremos as questões referentes às atividades, às relações de poder e aos processos de constituição democrática que se deram dentro da instituição com a participação direta da comunidade escolar nas decisões, identificando os elementos que possam ter obstaculado (permanências) ou facilitado (rupturas) essa participação.

De acordo com Vitor Henrique Paro (1996), a importância da participação da comunidade na escola se dá por meio da partilha do poder com aqueles que se supõe serem os mais diretamente interessados na qualidade do ensino. Por isso, procuramos estabelecer uma relação entre o momento singular do cotidiano escolar do IEE (movimentos internos) e as lutas sociais que aconteciam no País nas décadas de 1980 e 1990. Pretendemos discutir os espaços de participação democrática existentes na instituição de ensino no período, recortado em momentos específicos, tais como os processos de eleição para o cargo de diretor (1987 e 1990) e as greves do corpo docente (1987 e 1995).

Utilizamos como fontes de pesquisa documentos do arquivo da instituição, documentos pessoais e nos fundamentamos em sólida bibliografia sobre o tema. Além disso, recorremos a alguns jornais locais da época, como “O Estado” e “Diário Catarinense”, que noticiaram alguns acontecimentos específicos e sua repercussão na sociedade no período.

Discutimos, ainda que brevemente, alguns aspectos em torno das relações de poder e autoridade na instituição a partir das eleições internas para o cargo de diretor, especificamente em 1987 e 1990. Afora os movimentos de professores, (greves e seu impacto na comunidade escolar e na sociedade), procuramos compreender de que forma tais movimentos internos

contribuíram para as rupturas e permanências da instituição em relação à democratização dos espaços de participação.

Os raros momentos de eleição

A escolha para o cargo de direção a partir de eleição direta teve início em Santa Catarina na década de 1980. Até então, a escolha para a função de diretor obedecia a critérios casuísticos de política partidária (cargos de confiança). Nesta mesma década, contra essas práticas clientelistas, novos movimentos sociais surgiram no Brasil, criando uma nova mentalidade, uma nova cultura política que reagia contra o autoritarismo e a repressão política, as formas centralizadoras do poder e ao modelo econômico adotado no País. Parcela significativa da sociedade amadureceu e se conscientizou de que poderia participar e influir diretamente na gestão das escolas públicas.

Segundo LEAL e SILVA (1988), as décadas de 1960 e 1970 foram determinantes para a participação dos professores no processo educacional. Nesse período, a política educacional do estado de Santa Catarina subordinava-se ao projeto de desenvolvimento econômico, o que contribuía para o fortalecimento de um Estado autoritário e centralizador. Em consequência dessa política, as escolas descaracterizaram-se; as decisões produzidas nos níveis centrais eram impostas de cima para baixo, sem um compromisso dos educadores que atuavam nas instituições de ensino.

Inserindo-se nessa resistência ao Estado centralizador, os educadores de Santa Catarina, de acordo com LEAL e SILVA (1988), iniciaram, em 1980, uma luta para conquistar a participação no sistema educacional. Nesse ano, 6.000 professores da rede estadual de ensino entraram em greve. O protesto era contra o não-atendimento das reivindicações da classe por parte do governo.

No corrente ano, o País e o Estado passavam por um período de grande movimentação política (campanhas eleitorais para o senado, câmaras municipais, estaduais e federal, governo municipal e estadual). Os discursos políticos priorizavam a Educação. Dentre os candidatos ao governo do Estado de Santa Catarina encontrava-se Espiridião Amin Helou Filho, que prometia “abraçar” a causa do magistério e tratar os problemas da educação em sua “Carta aos Catarinenses”.

Em 1983, Espiridião Amin recém-empossado, o professorado percebeu seu frente às reivindicações da categoria. Desta forma, no mês de maio houve uma paralisação estadual. O

governo mostrou-se insensível às solicitações dos grevistas, permanecendo irredutível e passando a aplicar punições aos grevistas como: diminuição dos salários do mês de maio, suspensão de professores, dentre outros. Mesmo assim, uma conquista aconteceu: a garantia dada pelo governo da formação de uma comissão com a participação dos educadores para a elaboração do Plano Estadual de Educação (1984/1987) - o Estatuto do Magistério e o Plano de Carreira.

Neste momento, a discussão sobre a eleição de diretor era prioritária para o movimento de professores, pois, para exercer com eficiência política essa função, era necessário um administrador eleito democraticamente. O movimento dos professores em busca de maior participação na política educacional do Estado constituiu-se em sujeito coletivo. Assim,

à medida que a sociedade se democratiza, e como condição dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a própria sociedade. Daí a relevância de se considerar a eleição direta, por parte do pessoal escolar, alunos e comunidade, como um dos critérios para a escolha do diretor da escola pública. Tal relevância fundamenta-se na necessidade do controle democrático do Estado por parte da população, no sentido do provimento de serviços coletivos em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público e de acordo com os interesses da sociedade (PARO, 1996, p. 26 -7).

Em razão desse movimento, o processo de elaboração do Plano Estadual de Educação (1985-1988) foi marcado pela participação de 1,5 milhão de pessoas que articulavam um conjunto de propostas/reivindicações para todo o sistema de ensino catarinense.

LEAL e SILVA (1988) afirmam que a sociedade e, em especial, os educadores colocaram muitas esperanças no Plano Estadual de Educação, embora desconfiassem das intenções do governo em promover sua implantação e de suas propostas de participação.

A morosidade, a protelação, a tomada de decisões que desconsideravam princípios e deliberações fixadas no Plano foram estratégias adotadas pela Secretaria da Educação. Por outro lado, um evento desse tipo e proporções oferecia enormes possibilidades de promoção pública, logo aproveitadas pelo governo, que se apossou do elaborado pela população, angariando dividendos políticos e decidindo sozinho o que iria ser aplicado (LEAL; SILVA, 1988, p. 27).

Aos poucos, as esperanças criadas em torno da elaboração do Plano se transformaram em frustrações. Somente dois projetos de lei foram encaminhados à Assembléia Legislativa, por ela aprovados e sancionados pelo governador no final de 1985, quatorze meses após a última etapa de elaboração do Plano Estadual de Educação. Os projetos de lei são:

- Lei nº 6.709, de 12 de dezembro de 1985, “que institui eleições e estabelece normas

para a escolha de diretores das escolas públicas”;

- Lei nº 6.774, de 23 de dezembro de 1985, “que dispõe sobre a avaliação do Ensino de 1º grau do Estado de Santa Catarina”.

No contexto nacional, Santa Catarina, juntamente com o Distrito Federal e os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso, assim como o município de Goiânia, contam como as primeiras experiências de eleição para escolha de diretores datadas do início a meados da década de 1980.

Com relação à eleição para escolha de diretor do IEE, esse processo apresentou-se duas vezes por meios democráticos (eleição interna). A primeira eleição para escolha de diretor no IEE aconteceu em 20 de dezembro de 1985, no governo de Espiridião Amim. O processo de escolha ao cargo de direção ocorreu em todas as escolas do estado, assegurado pela Lei nº 6.709, de 12 de dezembro de 1985, “que institui eleições e estabelece normas para a escolha de diretores das escolas públicas”. Neste processo democrático, foi eleita para a direção do IEE a professora Rosângela Moraes da Rosa. Em função de sua expressiva votação, mesmo sem ter obtido quórum estabelecido por lei, Rosângela foi nomeada e empossada com toda a sua equipe.

Uma nova eleição foi realizada no IEE em dezembro de 1986, ainda por força da Lei 6.709/85, com outra vitória da professora Rosângela Moraes da Rosa. Em função do enorme contingente eleitoral necessário para validar o resultado no IEE, visto que a instituição apresenta um número de alunos/comunidade escolar muito superior ao de outras escolas (6.500 alunos) e a lei exigia 1/3 de votos de cada segmento, novamente não houve quórum.

Torna-se importante ressaltar que o governador do estado, Espiridião Amin, respeitou a vontade da comunidade escolar expressa nas urnas, nomeando como Diretora Geral a professora eleita, apesar da insuficiência do quórum previsto em lei para as eleições de 1985 e 1986.

O golpe da merenda

Durante a gestão da professora Rosângela, ocorreu uma grande greve dos professores e servidores públicos nos meses de junho e julho de 1987. O período foi marcado por grandes conflitos entre a categoria dos servidores e o governo do estado. Neste clima de embate, o IEE ficou vazio, pois a maioria dos professores e funcionários aderiu à greve, que teve o apoio da direção. Foram constantes as reuniões do Comando de Greve dos Servidores nas

dependências do instituto, o que desagradava às autoridades do governo. Para mostrar controle, algumas autoridades pediram que a então diretora mandasse à Secretaria Estadual de Educação as faltas dos professores que aderiram à greve para descontar de seus salários os dias parados. A diretora, porém, não as mandou, fiel à decisão tomada em reunião com outros diretores de escola de não enviar as faltas dos grevistas à Secretaria. O governo do estado, então, armou um golpe intitulado o “Golpe da Merenda”, que consistiu na deposição do cargo da diretora, eleita democraticamente, alegando que as merendas que estavam na escola encontravam-se estragadas.

O jornal “O Estado”, nº 22.048, acorda a cidade no dia 14 de julho de 1987 com a seguinte notícia: “Vão ser queimadas as toneladas de comida no IEE” e ainda: “Nos próximos dias serão incinerados aproximadamente cinco toneladas de alimentos que haviam sido cedidos ao IEE para a utilização de merenda escolar”. O jornal Diário Catarinense, do mesmo dia, apresenta sua matéria bombástica: “Secretaria encontra merenda estragada. São 3.750 quilos de cacau, arroz, feijão, soja e outros produtos que estavam no depósito do Instituto Estadual de Educação.”

Com o acontecimento, o IEE volta a ser manchete nos jornais no dia 15 de julho. O jornal Diário Catarinense, nº 439, diz o seguinte: “Secretário demite a diretora do IEE”. Esta decisão, porém, causou revolta entre pais, professores e alunos, que impediram a posse do substituto ao cargo. A professora do IEE, Rosângela Moraes da Rosa havia sido demitida do cargo ontem pela manhã pelo Secretário de Educação Sylvio Sniecikovski, que à tarde empossou o professor Hamilton Costa Pacheco a portas fechadas e sem esperar o resultado da sindicância sobre o estrago dos supostos 3 mil e 750 quilos de merenda escolar. Mais tarde, já diretor, às 17 horas, Pacheco foi trancado no gabinete da direção por professores, pais, alunos e comando estadual da greve, que exigiam a sua renúncia. Ainda de acordo com a matéria do jornal, às 17h45, Antônio Battisti, do comando de greve dos servidores, telefonou ao secretário de Educação que, às 18h10, chegou ao IEE e, vinte minutos depois, Pacheco assinou um documento renunciando ao cargo.

Após isto, a comunidade escolar não aceitou o novo substituto nem o retorno da diretora anterior ao cargo, tendo ficado o IEE fechado por alguns dias.

O jornal “O Estado”, nº 22.050, de 16 de julho, noticia: “Policiais cercaram a frente do Instituto pela manhã e houve denúncia de violência contra os manifestantes”. Dessa forma, estavam, de um lado, os policiais, e de outro, pais, alunos, professores e funcionários, tentando uma solução para o impasse. As regras de apropriação do espaço foram alteradas. Com isso, o secretário negociou a escolha por parte da comunidade de uma lista tríplice, com

a exceção de nomes da administração anterior.

A escolha do novo diretor foi feita em uma assembléia, com a comunidade escolar na Assembléia Legislativa em 27 de julho do mesmo ano. O nome escolhido para o cargo de diretor foi o do professor Walmir José da Silva, empossado pelo Secretário da Educação em 28 de julho.

De acordo com o parecer nº 156/157, de 1987, elaborado pelos responsáveis pela sindicância dos alimentos deteriorados, a professora Rosângela Moraes da Rosa e o professor Jorge Barão Filho já teriam sido penalizados com a perda do cargo comissionado que ocupavam, como fica expresso no texto: “... entendemos que para a opinião pública ficou evidente que a Diretora do IEE foi afastada da direção devido ao acúmulo de 5.000 Kg (cinco toneladas) de merenda escolar estragadas, conforme notícia publicada no jornal de Santa Catarina, página 20, do dia 14/07/87 fls 97, e demais jornais que circulam em nossa capital.” Contudo, diz o jornal “... o prejuízo real é de 251,4 Kg e não uma, duas ou mais toneladas.” Por isto, “ante o exposto, entendemos diante dos fatos apontados, ser prematura a instalação de Processo Disciplinar.” Este documento foi assinado pelo senhor Willian Wilson Serratine e demais membros da comissão, sendo arquivado o processo em 27 de agosto de 1987.

Esta polêmica abriu fendas sobre a discussão da eleição direta para diretores de escolas. O governador Pedro Ivo Campos, em 1987, pede a inconstitucionalidade da Lei nº 6.709/85, que garantia este direito às escolas. O Supremo Tribunal Federal aceitou a argumentação do governo.

Quando todo o processo relacionado à professora Rosângela parecia ter acabado, em 1988, ela foi removida juntamente com outros professores. Por uma liminar na justiça, amparados pela inamovibilidade assegurada no Estatuto do Magistério Público, todos permaneceram ao Instituto Estadual de Educação.

Mais tarde, já em 1990, a segunda eleição ocorreu no governo Wilson Kleinubing. Este processo de eleição foi possível em todo o estado devido à aprovação da Lei Estadual nº. 8.040, de 26 de julho de 1990, que restabelecia a eleição direta para diretores. Tal iniciativa se deu em atenção à democratização da escola pública anunciada na Constituição de 1988, que dispõe sobre as funções de direção de escolas públicas e a forma de escolha de diretores.

Naquele momento (1990), a professora Rosângela voltou a ser eleita e assumiu o cargo, obtendo desta vez o quórum previsto na Lei 8.040/90, com um total de 83% dos votos. Ela não concluiu o seu mandato em 1992 porque assumiu outro cargo na SED (Secretaria de Educação e do Desporto) e quem assumiu foi a diretora de Ensino, professora Beth Bayer (1992 a 1994).

Mais tarde, porém, o governo de Paulo Afonso Vieira (1994 a 1998) entra com novo pedido de inconstitucionalidade da lei de eleição para diretores das escolas. Os diretores voltam a ser indicados pelo governo na condição de cargo de confiança, o que perdura até nossos dias, não obstante as lutas do Sindicato dos Trabalhadores em Educação por esta bandeira.

Apropriação do capital social pelo corpo docente

Durante todos os anos de sua existência, mais precisamente no período de 1986 a 1996, os movimentos de greve sempre foram uma constante no IEE e nas escolas públicas estaduais. Os motivos para tais movimentos normalmente estavam ligados a questões salariais entre outros como vemos a seguir:

O conjunto das ações coletivas desenvolvidas pelos professores, entendido como um movimento social, caracterizou-se, basicamente, por apresentar reivindicações frente a um locutor específico – o Estado. Desde a questão salarial até as questões referentes à participação na elaboração da política educacional e a perspectiva de democratização da gestão escolar, orientam-se no sentido de pressionar o Estado e suas agências para estabelecer relações políticas (Estado-movimento) mais democráticas (DAROS, 1999, p. 141).

Conquistas como o Estatuto do Magistério e o Plano de Carreira nem sempre foram cumpridas na sua íntegra; além disso, as reposições salariais quase sempre eram insuficientes e revelavam condições precárias aos educadores que, desta forma, fizeram das greves um instrumento muitas vezes utilizado para ter atendidas suas reivindicações.

Dada a generalidade da situação, era a partir do IEE que as outras escolas ganhavam força para também fazerem suas greves. Esta instituição sempre funcionou como parâmetro e “termômetro de greve” para a sociedade.

Por sua vez, seus professores sempre formaram um grupo de liderança frente às outras escolas. Levavam suas manifestações adiante para alcançar seus objetivos. Ou seja, sempre foi um grupo muito atuante nas causas que defendia.

Quando os professores do IEE entravam em greve, como não sabiam se os dias parados seriam descontados ou não pelo governo, criavam um “fundo de greve” que tinha como objetivo ajudar a repor o salário daqueles que, porventura, fossem descontados. Nesse fundo, os próprios professores depositavam a quantia que podiam e até mesmo aqueles que, por motivos particulares, não participavam da greve, mas o faziam por solidariedade e porque de alguma forma seriam beneficiados com os seus resultados. Esta experiência pode ser

relacionada ao que BOURDIEU (1998) afirma como os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona e que estão na base da solidariedade que os torna possíveis.

Vemos aqui o pertencimento a esse grupo, que na ocasião apresentava um objetivo ideológico, a greve, e solidário na reivindicação por seus direitos sem maiores prejuízos. Deste modo, os professores, como grupo, mostravam que tinham suas estratégias.

Pertencer ao grupo de professores do IEE, uma instituição tão antiga e com prestígio nacional por seu reconhecimento como Escola Normal Catarinense, faz com que muitos de seus professores tivessem um capital social estabelecido, que assegura a seus agentes lucros proporcionados pelo pertencimento. Lucros esses que podem ser materiais, como todos aqueles assegurados por relações úteis, e lucros simbólicos, pois os agentes estão associados à participação num grupo raro e prestigioso. Neste caso, os professores apresentam uma distinção com relação aos docentes de outras escolas. Essa superioridade se dá pelo prestígio social do IEE por sua longa história, que os coloca acima dos demais profissionais da área. Os bens culturais são classificados segundo uma ordem de distinção.

Os indivíduos estão dispostos, em virtude do *habitus*, a agir de certa maneira, a perseguir determinados objetivos, a cultivar certas preferências. Algumas escolhas tendem a reproduzir as relações de dominação e certos estereótipos.

Segundo VALLE (2007, p. 117), “o conceito de *habitus* nos mostra que o mesmo é resultante da posição social que conduz a ver, agir e a julgar de uma determinada maneira. Além disso, refere-se também ao conjunto de atividades e disposições próprias de uma cultura”. O corpo docente do IEE apresenta uma cultura específica relacionada aos movimentos de greve, que tem por base a defesa da carreira e a qualidade de ensino.

É por meio das trocas que o indivíduo estabelece seu *habitus*. Neste sentido, pode-se pensá-lo como a “maneira de ser” desse indivíduo ligado a um grupo social. Logo, o corpo docente de uma instituição, por ser um grupo social, estabelece em cada agente essa “maneira de ser”. Ou seja, o capital social, as relações estabelecidas dentro de um determinado grupo são fatores fundamentais para o estabelecimento de um *habitus* no indivíduo, no caso, o professor, que pertence a esse grupo. Desse modo, para ser integrante do grupo, o *habitus* se impõe aos novos ingressantes, como um direito e um dever de entrada, um modo de pensar específico.

O capital social, por tais implicações, deve ser entendido como “o conjunto de recursos (atuais ou potenciais) ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, em que os agentes se reconhecem como pares ou como vinculados a determinado(s) grupo(s)” (NOGUEIRA; CATANI, 1998, p. 10).

Agentes que pertencem a um determinado grupo docente de uma determinada instituição de ensino produzem um determinado capital social. Estas relações de proximidade existentes no espaço físico (instituição) ou no espaço social (cargos de professores) são fundadas em trocas materiais e simbólicas.

O capital social designa o fundamento de efeitos sociais. Esses efeitos das ações das relações sociais são visíveis à medida que diferentes indivíduos, com rendimentos desiguais se pensarmos no *habitus* de cada um, podem mobilizar o capital de um grupo. Com isso, tais indivíduos apropriam-se desse capital proveniente de um determinado grupo. No caso, o grupo de professores da instituição de ensino (IEE).

A partir da extensão da rede de relações que um agente individual possui é que se pode perceber o volume do capital social deste agente. Os agentes são unidos por ligações permanentes e úteis, sendo dotados de propriedades comuns e são passíveis de serem percebidos por um observador, pelos outros e por eles mesmos. Muitos professores do IEE se percebem dentro de seu grupo, se comparado a outras instituições de ensino, que se apresenta distinto.

Ve-se aqui o pertencimento ao grupo, que na ocasião apresentava um objetivo ideológico, a greve, e se demonstrava solidário para garantir a possibilidade de reivindicar seus direitos sem maiores prejuízos. Segundo BOURDIEU (1998, p. 68):

... a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconsciente orientadas para a instituição ou a prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e letivas que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos). E isso graças à alquimia da troca (de palavras, de presentes, de mulheres, etc.) como comunicação que supõe e produz o conhecimento e o reconhecimento mútuos.

Para pertencer a um determinado grupo, incorporar-se a ele, o indivíduo precisa assumir a mesma linguagem do grupo (*habitus*). Esta funciona como uma “porta de entrada” a esse pertencimento. O fascínio desse pertencimento pode ser gerado de relações políticas, que se utilizam de formas hábeis de agir e de tratar determinados integrantes do grupo com o intuito de aumentar o número de adesões. Era perceptível, durante as manifestações de greve, que muitos professores, embora solidários ao movimento, não aderiam à greve.

Pode-se inferir que esse capital social formado pelos professores do IEE provém de uma “certa tradição”, de uma reprodução do capital social herdado que contribui para o capital escolar da instituição, pois, torna-se parte integrante de tudo aquilo que é produzido na

escola.

Considerações finais

A participação precisa ser percebida como instrumento do processo de gestão democrática, pois é a partir dela que os espaços democráticos podem se constituir e se estabelecer dentro da instituição de ensino. Desta forma, a importância da participação da comunidade na escola se dá por meio da partilha do poder com aqueles que se supõe sejam os mais diretamente interessados na qualidade do ensino. Estes encontram nesse caminho limites e possibilidades para uma efetiva participação.

Os interesses dos grupos dentro da escola são representados por condicionantes político-sociais. Mesmo que a comunidade escolar almeje os mesmos objetivos (melhorias dentro da escola na luta por objetivos coletivos), não significa que as relações na instituição se dêem de forma harmoniosa e sem conflitos.

Processos como este demonstram como a participação democrática não se dá de forma espontânea. O processo, de fato, é um resultado histórico e pode ser construído coletivamente. No caso das eleições e das greves no IEE, pode-se destacar que foram conquistas que professores, alunos e pais projetaram no cenário da instituição, revelando um aspecto fundamental de consciência de classe, de participação efetiva, cujos resultados mostraram que a instituição, que foi referência no ensino, passou a sê-lo também no plano político.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: a space of democratic participation?

Abstract

In this research we try to understand and discuss the space for democratic participation, in the period between 1985 and 1995, of the school community of Instituto Estadual de Educação, a singular institution which has more than 100 years of history in Florianópolis. We investigate questions toward activities and processes of this democratic constitution within the school environment based on a real participation of the school community in the main decisions, identifying the impairments and the facilitators of such involvement. Our attempt was to establish a mediation between the singular moment of the school day (inner movements) and the ongoing social fights in Brazil in the 1980s and 1990s, discussing specific moments of participation, as the election process to choose the school principal (1985 and 1990) and the teachers' strikes (1987 and 1995). In this way, to understand better those processes, concepts as participation, social capital and symbolic capital were discussed. For the present research documents from the institution files, personal documents, bibliographic revision, newspapers and oral reports from the local people were analysed.

Keywords: Participation. Social space. Democracy. Election. Social capital and symbolic capital.

Referências

AMORIM, Maria das Dores D. de et alii. Diagnóstico Estadual do Setor de Educação em Santa Catarina – A democratização da Educação em Santa Catarina: Um Outro Estilo de Diagnóstico. **Cadernos do CED**. Florianópolis, 2 (1/2), 1985.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DAROS, Maria das Dores. **Em busca da participação**: a luta dos professores pela democratização da educação. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, NUP, 1999.

LEAL, Elisabeth Juchem Machado. Instituto Estadual de Educação: a erosão da ordem autoritária. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

LEAL, Elisabeth Juchem Machado; SILVA, Virgínia Maria de Figueiredo e. As eleições dos diretores de escolas e a constituição dos conselhos deliberativos: possibilidades de transformação da escola? **Perspectiva**. Florianópolis, a. 5, n.10, p.24-36, jan/jun. 1988.

NOGUEIRA, Maria A; CATTANI, Afrânio. Uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de diretores**: a escola pública experimenta a democracia. São Paulo: Papirus, 1996.

VALLE, Ione R. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. In: **Educação e Pesquisa**. v. 33, jan./abr. 2007. p. 117–134.

Recebido: Dezembro/2008
Aprovado: Novembro/2009